

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Mais um ano e assiste-se ao resultado da inação do Governo na resolução das questões estruturais do funcionamento do sistema educativo. O início do ano letivo decorre entre 13 e 17 de setembro de 2021 e, lamentavelmente, as dificuldades enfrentadas pelas escolas, bastamente discutidas nos últimos meses, são basicamente as mesmas.

Os relatórios técnicos, elaborados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre Formação inicial de educadores e professores e acesso à profissão e a condição docente: contributos para uma reflexão, ambos de 2016, chamavam a atenção para a emergência de situações de precariedade e salientavam que a estabilidade não se circunscreve ao domínio da garantia de trabalho, coexistindo outros fatores sociais, institucionais e pessoais, tais como as condições de trabalho, a satisfação profissional e pessoal, a motivação, o stress e a insegurança que afetam estes profissionais.

De acordo com o estudo "Regime de Seleção e Recrutamento do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário (2019), do Conselho Nacional de Educação":

Dos 89 925 docentes dos QA/QE e QZP, que em 1 de setembro de 2019 tinham 45 anos e mais de idade, 51 983 (57,8%) poderão aposentar-se num prazo de 9 anos:

17 830, nos primeiros cinco anos, 24 343 nos cinco anos seguintes e 9810 entre 2029 e 2030. Entre os grupos de recrutamento mais afetados por esta saída por aposentação destacam-se a Educação Pré-Escolar (73%); no 2º CEB – Português e Estudos Sociais/História (80%), Português e Francês (67%) e Matemática e Ciências Naturais (62%); no 3º CEB e ensino secundário – Educação Tecnológica (96%), Economia e Contabilidade (86%), Filosofia (71%), História (68%) e Geografia (66%).

Nos próximos quatro anos, cerca de 20% dos professores aposentar-se-ão, nos próximos 10 estima-se que serão 58%, mais de metade dos docentes que exerciam funções no ano de 2019.

Apesar das promessas e anúncios que o Governo fez para a Educação, das garantias do Senhor Primeiro Ministro aos Portugueses, os recursos que as escolas dispunham no ano 2020/21 não são muito diferentes daqueles que agora dispõem.

Muitos foram os alunos portugueses, que no ano letivo 2020/21, sobretudo os das regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve, começaram as aulas com “furos” no horário por inexistência de professores de Português, Filosofia, Matemática, Geografia, Inglês e/ou Informática/TIC , situação que se arrastou, nalguns casos, até ao final do ano.

De acordo com várias notícias de diferentes órgãos de comunicação social acerca do início do ano letivo 2021/22, a carência de professores das disciplinas de Português, Geografia, História e Biologia ainda se agravou mais e que na mesma escola, é possível existirem turmas com todos os professores e turmas onde faltam vários professores.

Mais uma vez se constata que não tem havido por parte do Ministro da Educação nem do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior qualquer trabalho para inverter a falta de professores e a atração para os cursos de formação inicial de professores de jovens – tão necessários para a renovação do corpo docente uma vez que alguns grupos de docência estão esgotados e já não conseguem compensar as saídas para aposentação.

Considerando que o tanto o Ministro da Educação quanto o da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior já acumulam mais de 5 anos de exercício dos respetivos cargos pelo que não há mais tempo a conceder para o estudo de dossiers.

Importa saber o que o Governo está a fazer para resolver este problema da falta de preenchimento das vagas colocadas a concurso e da subsequente negação do direito de acesso , em condições de igualdade, à educação a milhares de alunos.

Nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados do GP/PSD dirigem, através de Vossa Excelência, as seguintes perguntas ao Senhor Ministro da Educação:

1 – O Governo confirma os números noticiados sobre a falta de professores nos agrupamentos de escolas de todo o país , mas com particular acuidade nos distritos de Lisboa, Setúbal e Faro?

2 – Sendo factual a falta de docentes nas escolas, quantos docentes estão em falta, à data de hoje, por grupo disciplinar e por área geográfica?

3 – O Governo irá implementar medidas para suprir a falta de professores e para garantir o direito de acesso à educação dos alunos que não têm aulas? Em caso afirmativo, quais e quando?

4 – Qual o plano do Governo? Vai recorrer à contratação de docentes insuficientemente e/ou deficientemente qualificados?

Palácio de São Bento, 14 de setembro de 2021

Deputado(a)s

LUÍS LEITE RAMOS(PSD)

Deputado(a)s

CLÁUDIA ANDRÉ(PSD)

ANTÓNIO CUNHA(PSD)

FIRMINO MARQUES(PSD)

ALEXANDRE POÇO(PSD)

CARLA MADUREIRA(PSD)

ILÍDIA QUADRADO(PSD)

DUARTE MARQUES(PSD)

EMÍDIO GUERREIRO(PSD)

HUGO MARTINS DE CARVALHO(PSD)

ISABEL LOPES(PSD)

JOSÉ CESÁRIO(PSD)

MARGARIDA BALSEIRO LOPES(PSD)

MARIA GERMANA ROCHA(PSD)

PEDRO ALVES(PSD)